



As entidades que assinam esta publicação defendem a criação de um Comando Unificado da UEL para organizar a luta pela reposição salarial. Ademais, existem outros problemas importantes e urgentes que afetam os três segmentos da Universidade e que só podem ser enfrentados unificadamente.

Necessidade de arrancar a REPOSIÇÃO SALARIAL

Os servidores técnico-administrativos e docentes estão há anos sem reposição de suas perdas salariais. E, embora tivessem ligeiras melhorias na forma de alterações nos seus respectivos planos de cargos e salários, isso não evitou acúmulo de perdas que em alguns casos superam os 100%.

A reposição salarial é um direito garantido pela Constituição Federal que, no entanto, é burlado pelo governo do Estado sob diversos pretextos. A gravidade da penúria a que são submetidos os servidores muitas vezes "justifica" reposições parciais concedidas sob a forma de PCCS ou abonos, mas não se pode renunciar jamais ao direito de reposição dos nossos salários.

Entretanto, está ficando cada vez mais claro que

sem a unidade sólida entre docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes não será possível enfrentar a prepotência do governo, armado agora com a decisão do STF de descontar o salário de grevistas.

E, assim como na greve de 2000 os estudantes estiveram junto aos docentes e técnicos, os estudantes hoje compreendem que a reposição salarial não é um problema exclusivo dos servidores, pois o arrocho salarial é um dos recursos com que o governo degrada a universidade pública e estimula a privatização por dentro dela.

A ASSUEL, o DCE e a ADUEL colocam claramente que sem a unidade dos três setores não será possível lutar pela urgente reposição salarial.



Ataques à Universidade Pública e Gratuita

Os governos federal e estadual há anos vêm atacando o caráter público da universidade brasileira e estimulando o ensino privado.

No plano federal o Prouni é um instrumento para socorrer os donos de escolas particulares diante da crescente inadimplência e esgotamento do mercado de ensino. O Reuni não passa de um plano demagógico para aumentar a oferta de vagas nas universidades federais que não ataca o verdadeiro câncer que é o ensino privado. A proliferação desenfreada e estimulada pelo MEC do ensino a distância degrada mais ainda o ensino superior e fragiliza a universidade pública.

No Paraná, o governo Requião ataca diretamente a autonomia das universidades sob as mais variadas formas: todos os concursos e contratações são aprovados por ele; continua monopolizando a atribuição de nomear quem ele quiser nas reitorias das universidades, como acaba de ocorrer na Unioeste, e até viagens de servidores ao exterior para participar de eventos científicos têm que ser aprovadas pelo governo.

Também, as restrições orçamentárias e a redução de verbas asfixiam as universidades públicas e estimulam medidas privatizantes da própria universidade, sob a forma de venda de serviços, cursos pagos e parcerias com empresas. As chamadas fundações de apoio são instrumentos para implementar essa forma de privatização, que já ocorre na USP, na UnB e em quase todas as universidades do país.

A defesa da universidade pública e gratuita exige a unidade de docentes, estudantes e técnico-administrativos.

Moradia estudantil

A Moradia Estudantil foi construída no campus para garantir o direito de permanência de muitos estudantes com baixa-renda na Universidade, fato que ocorreu depois de muitas lutas e reivindicações. Apesar de ter sido inaugurada há quase três anos pela antiga reitora Lygia Puppato que entregou o prédio em condições irregulares para se promover na época de eleição, ainda permanece inabitada e isso certamente é uma responsabilidade da atual gestão do reitor Wilmar Sachetin Marçal.

O que caracteriza a dicotomia Lygia-Marçal é o jogo de vai-e-vem que faz atual reitoria, ou seja, a atual reitoria apresenta como desculpa da inabitabilidade da nova moradia a ineficiência do trabalho da antiga administração. Dessa forma fica fácil dizer que a responsabilidade não é de sua alçada.

O que fica claro é que a reitoria, no comando de Wilmar Marçal, demonstra receio em manter o campus universitário com uma vida acadêmica ativa, sendo que a garantia do direito à moradia não é apenas necessidade e responsabilidade da universidade/Estado. Com a facilidade de acesso e ampliação dessa moradia, permitiria ao estudante cotidiano mais próximo à vida acadêmica e do próprio campus universitário.

É importante lembrar que o projeto inicial da Casa do Estudante, aprovado pelo MEC possuía um orçamento de R\$ 1,4 milhão e previa o atendimento a 150 estudantes, porém, mudanças no projeto inicial fizeram com que esse número fosse diminuído para 80, o que somado às condições irregulares do prédio fez com que a moradia permanecesse inabitada.

O orçamento para corrigir as irregularidades do prédio é de trezentos mil reais, menos de 10% do dinheiro que o Conselho de Administração da Universidade destinou em gratificações aos funcionários com funções gratificadas.

Percebemos que a garantia do direito de permanência dos estudantes de baixa-renda na Universidade tem sido tratado com descaso pelo atual reitor e pelo Conselho de Administração. Outro problema que vem ocorrendo nos últimos anos, tem sido o processo de seleção para o ingresso na moradia, este acontece apenas no meio do ano letivo, com isso muitos estudantes por não terem como pagar por um lugar para morar vão para a casa do estudante antes do processo de seleção e permanecem de forma irregular, a universidade além de não oferecer nenhum atendimento ou serviço aplica processos administrativos a estes e aos moradores que os recebem.

A necessidade de serviços na Universidade que garanta o direito de permanência de estudantes de baixa-renda tem se tornado cada dia maior, porém, os investimentos nesta área têm diminuído, sendo estes, cada dia menos importante para os administradores da instituição.

Sabemos que os investimentos em políticas de permanência na Universidade ajudam a instituição a diminuir seus gastos com retenção e evasão, além de possibilitar que os estudantes de baixa-renda tenham uma melhor formação, porém, percebemos que a UEL através da atual gestão não tem tratado a Universidade Pública enquanto um espaço democrático a qual deve cumprir sua função pública e social, pois, ela está se tornando cada dia mais uma instituição com menos interesse em lidar e resolver questões ligadas ao social, sejam de ordem interna ou externa a ela.

DIRETORIA DO DCE

Por que não se conclui a CASA DO ESTUDANTE?

A resistência da atual reitoria para concluir a moradia estudantil não se deve à falta de dinheiro, pois, praticamente todos os centros estão fazendo construções e mais construções. Tampouco se deve apenas ao revanchismo contra a administração anterior, embora sejam inegáveis os seus esforços para desmoralizá-los.

O motivo principal pelo qual a reitoria não conclui a moradia estudantil é que não quer estudantes morando no Campus! Pois, além de resolver o problema de moradia, isto dinamizaria a vivência cotidiana de estudantes no Campus, provocando um movimento cultural e sócio-político que a reitoria quer evitar, pois sabe que pode provocar atitudes de contestação e rebeldia. Ou seja, a reitoria tem medo dos estudantes morando no campus.

Não é só para resolver o direito de permanência dos estudantes de baixa renda que devemos exigir a conclusão imediata da Moradia Estudantil no Campus. Todas as grandes universidades do mundo valorizam a presença dos estudantes morando no próprio campus. A moradia estudantil é uma necessidade da comunidade universitária, pois, ela não será apenas um hotel, mas um espaço de articulação de idéias, convivência humana e vida universitária.

“Adote um laboratório”

A reitoria inaugura uma nova campanha para arrecadar recursos para a UEL. Com a chamada “adote uma sala de aula”, empresas privadas doariam equipamentos para salas e laboratórios, melhorando a infra-estrutura. Trata-se de uma proposta de “parceria publico-privado” mediante a qual empresas exerceriam a sua benevolência para melhorar as condições de estudo e trabalho na universidade.

Como defensores da autonomia universitária, devemos desconfiar dessa caridade. Manter a autonomia frente ao Estado, já é tarefa difícil, no longo histórico de governadores e secretarias versus reitores, que se comportam como donos, liberando recursos/concursos conforme lhes convém politicamente. O que falar então do capital privado?

Criar vínculo financeiro é perigoso, porque admite a possibilidade de ingerência externa em uma pesquisa científica, será que a Monsanto subsidiaria um laboratório que fornece dados dos danos dos transgênicos no ambiente? Não é uma pergunta difícil. E que tipo de controle será feito dos materiais doados? E, quanto à origem do dinheiro? Lavagem, equipamentos superfaturados, etc. etc. não são possibilidades tão absurdas. Não cabe a uma empresa determinar o que é interessante ou não para a comunidade universitária.

Sua idéia não é boa nem nova Sr. Reitor, é apenas mais um disfarce para a privatização.

A novela da representação estudantil nos Conselhos

O ano de 2007 foi um ano de retomada do movimento estudantil da UEL. Em outubro os estudantes elegeram uma nova diretoria com mais de 80% de aprovação, depois de mais de um ano sem funcionar como entidade. Mas antes disso, uma gestão provisória, aclamada por Assembléia Geral dos Estudantes, estava encarregada de gerir o Diretório até que fosse realizado o pleito eleitoral.

Coube a essa gestão provisória convocar o Conselho Deliberativo dos Centros Administrativos (CD) que ratificou os nomes para as representações discentes nos conselhos superiores da UEL (Conselho de Administração, Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão). Porém, os nomes escolhidos e aprovados pelos estudantes reunidos jamais foram aceitos pela administração da UEL. Os ofícios com os nomes tramitaram por meses até perderem a validade (uma vez que vários representantes de graduação e pós-graduação concluíram seus cursos em 2007 e não fazem mais parte do quadro de estudantes da Universidade).

Desde o início o argumento da reitoria tem sido de que os nomes foram enviados antes da eleição que escolheu a nova gestão. Jamais aceitaram a legitimidade da gestão provisória e do CD que indicou os nomes. Passaram por cima da instância democrática mais poderosa e absoluta entre os estudantes, a Assembléia Geral, no caso, a que aprovou a diretoria interina. Chega a ser ridículo esse questionamento por parte da reitoria acerca da legitimidade do processo, uma vez que as atas estavam assinadas por mais de 50% dos C.A.s da UEL, como exige o regimento, e foram registradas em cartório, como exige o regimento.

A reitoria tem se utilizado, de forma sistemática, de subterfúgios legais para impedir que a representação estudantil, democraticamente eleita, se efetive nos bancos dos conselhos da UEL. O medo à participação estudantil é o medo à democracia. A ASSUEL, A ADUEL e o DCE exigem a imediata normalização da representação estudantil nos conselhos superiores.

Os sindicatos na UEM e o Comitê Estadual

Curiosamente, no mesmo dia que o Comitê Estadual resolveu dar um ultimatum para que o governo defina o PCCS dos professores, ameaçando deflagrar uma greve só de docentes, brotou um sindicato exclusivo dos professores da UEM que passou a disputar com o SINTEEMAR (sindicato de professores e funcionários) a representação no Comitê Estadual.

Os representantes do SINTEEMAR abandonaram a reunião e o comunicado do Comitê Estadual já foi assinado também pelo novo sindicato – o SESDUEM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, vinculado ao ANDES-SN.

Não sabemos qual a avaliação que o Comitê Estadual tem para propor, sem qualquer preparação, uma greve de docentes. Mas, o apoio implícito ao divisionismo na UEM não soma forças para fazer um movimento de verdade contra o governo do estado. É necessário defender a unidade dos três setores não apenas para arrancar a reposição salarial, mas pra defender a Universidade Pública e Gratuita.



Contra a repressão e a perseguição política



A ASSUEL, ADUEL, DCE e Centros Acadêmicos, junto com outras entidades, compõem o Movimento Londrinense Contra a Repressão. Uma frente cujo objetivo é combater as perseguições políticas, como as que são feitas dentro da UEL pela reitoria, e o processo de criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da juventude.

Durante a Semana do Movimento Estudantil, no dia 12 de março, haverá uma atividade para apresentar o movimento, e buscar ampliar a participação da comunidade da UEL (professores, estudantes e funcionários) nas atividades desta frente que é uma importante ferramenta na defesa das liberdades democráticas.

PARTICIPE

Reunião Geral - dia 07 de março, às 17h, na APP-Sindicato (Av. JK, 1834)
Semana do Movimento Estudantil - 12 de março - 16h - sala 670 do CECA
contato: contrarepressao@gmail.com

RESTRIÇÕES ÀS LIBERDADES, perseguições e assédio moral

Formalmente no Brasil impera o Estado democrático de direito. Contudo, dentro da Universidade Estadual de Londrina existem sérias restrições à liberdade das pessoas exercitarem a sua plena cidadania.

Funcionários que não votaram no atual reitor são remanejados e colocados em funções que nada tem a ver com a sua capacidade. Esta medida causa prejuízos à instituição, pois desmotiva o servidor e ainda desperdiça o conhecimento técnico adquirido pelo servidor ao longo de anos de prática e de treinamento. Vale lembrar que a UEL tem uma

resolução (nº 55/1997, ainda vigente) que proíbe a relocação "ex-officio", mas, embora em plena vigência, a resolução é ignorada pela atual administração. Ameaças e maus tratos são frequentes por parte de chefias alinhadas com a atual administração. A sobrecarga de trabalho, em setores em que faltam funcionários, provoca estresse e doenças psiquiátricas.

O atual representante dos servidores técnico-administrativos no Conselho de Administração, Aurélio Pereira, foi uma das "vítimas" do atual reitor. Logo após assumir o cargo, o reitor relotou o servidor contra a sua vontade. Vale lembrar que pela Resolução UEL nº 55/1997, não poderia haver substituição de servidor relotado "ex-officio".

Outra "vítima" do reitor é o outro representante dos servidores no Conselho Universitário, Daniel Carvalho. O reitor instituiu uma Comissão de Sindicância para apurar eventual comentário do representante. Após o relatório da

Comissão de Sindicância de que nada havia de concreto, senão, meras suposições de "conversa de corredores", o reitor insatisfeito, determinou à Comissão de Sindicância para que aprofundasse as investigações, ou seja, que se "encontrassem chifres em cabeça de cavalo", em português claro.

Assim como estes representantes, outros servidores foram relotados e perseguidos. Embora muitos não tivessem a expressão "ex-officio", foram "obrigados" a aceitar mudanças de setor de trabalho.

Os estudantes que ousam manifestar-se são ameaçados pela segurança, são fotografados, tem seus históricos escolares vasculhados com o intuito de "demonstrar" que são "vagabundos", e ficam "marcados", como disse um policial militar a um dirigente do DCE. A reitoria montou processos contra estudantes da moradia estudantil para coibir a manifestação de descontentamento destes. Não satisfeita com isso, denunciou à polícia estudantes da universidade, autorizou o ingresso da polícia militar na casa do estudante para construir provas e chama estudantes de "terroristas". Todas essas atitudes são abomináveis em qualquer lugar, mas, dentro de uma universidade é muito pior, pois, por definição a universidade é o espaço da pluralidade e do respeito da diversidade. A universidade é o âmbito da liberdade de pensamento e do debate democrático.

Parte da mesma mentalidade obscurantista e retrógrada se manifestou no famigerado plano de segurança que a reitoria tentou

implantar no ano passado. Não apenas o muro - posteriormente metamorfoseado em "pilaretes ecológicos", mas a presença das polícias militar e federal no campus e a autonomia do setor de segurança que se reportaria direta e exclusivamente ao reitor mostram o pensamento repressivo e autoritário que comanda a gestão da universidade.

A defesa das liberdades é uma obrigação dos estudantes, dos docentes e dos funcionários.

Por estas razões, a ASSUEL, o DCE e a ADUEL chamam a

constituição de um Comando Unificado de Mobilização da UEL, apoiado nas assembleias, que organize ações conjuntas para preparar o enfrentamento com o governo pela reposição salarial e em defesa da universidade pública, contra as restrições à liberdade na universidade e contra o fim da paridade. Que prepare desde já um fundo de greve e defenda a unificação estadual das categorias e caminhe para a realização de assembleias unificadas.

Ameaça à democracia na UEL O FIM DA PARIDADE

Os setores mais conservadores da UEL vêm se articulando há anos para acabar com a paridade na escolha do reitor, substituindo-a pela regra que atribui 70% ao peso do voto dos docentes e apenas 15% aos funcionários e estudantes.

No final do ano passado, as manifestações de estudantes e técnico-administrativos impediu que fosse aprovada a toque-de-caixa esta alteração antidemocrática. Contudo, o Conselho Universitário deverá, ainda este ano, decidir sobre a questão.

É necessário denunciar a tramitação antidemocrática desta proposta, surgida em instâncias em que a representação de estudantes e funcionários é minoritária (departamentos e Conselhos de Centros). É necessário também exigir o mais amplo debate de toda a comunidade sobre esta alteração, pois ela afetará as relações de poder dentro da universidade. A paridade, apesar de não ser o sistema mais democrático, obriga ao menos os candidatos e grupos que disputam o comando da universidade a expor suas propostas e debatê-las durante as eleições. Com o fim da paridade, os acertos e acordos subjacentes às alianças ficarão mais escondidos da comunidade e a burocracia universitária terá maior autonomia para cuidar dos seus próprios interesses em detrimento do interesse público. A experiência tem mostrado que quanto mais autônoma a burocracia se torna com relação à comunidade, mais suscetível é de ser cooptada para os projetos privatizantes.

O debate sobre este assunto deve ser realizado por uma assembleia geral universitária da qual participe toda a comunidade, e, se tiver que tomar alguma decisão para levar ao Conselho Universitário, que seja adotada ao menos de forma paritária.